

ATA Nº. 8

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
23-11-2018

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

----Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

----Em representação do **Partido Socialista**: -----

----Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

----Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

----António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil Santos Grácio, Manuel Adelino Lopes Tomaz, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira Cruz. -----

----Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

---- Pedro Miguel da Silva Santos, Anabela Campos Franco da Silva Cavalheiro e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

----Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

----António Silvino da Costa Ferreira -----

----Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

----Rosa Teresa Alexandre Teixeira. -----

----Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor:

----Rui Cardoso Maurício. -----

----Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

----Ezequiel Soares Estrada. -----

----Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, José Miguel Filipe Baptista e Henrique dos Reis Leal.-----

----Justificada a ausência da Vereadora Tília Nunes por se encontrar em representação do município no espetáculo com Mila Ferreira, no âmbito das comemorações do Dia do Concelho. -----

----O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte horas e trinta e cinco minutos, tendo dado posse aos membros Manuel Adelino Lopes Tomaz e Anabela Campos Franco da Silva Cavalheiro, convocados para substituir os deputados que apresentaram suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. ----

---Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções.

---Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta, os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

----Os trabalhos tiveram início com a aprovação das atas números cinco, seis e sete.-----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO CINCO-----

----A ata número cinco, relativa à sessão realizada no passado dia vinte e seis de abril de 2018, foi aprovada por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes na sessão. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO SEIS-----

----A ata número seis, relativa à sessão realizada no passado dia vinte e nove de junho de 2018, foi aprovada por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes na sessão. -----

----VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO SETE-----

----A ata número sete, relativa à sessão realizada no passado dia vinte e seis de setembro de 2018, foi aprovada por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes na sessão. -----

----Seguidamente foi concedida a palavra a **Rosa Teixeira** que procedeu à leitura do seguinte voto de saudação «43 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975», apresentado pelo CDS: -----

Comemora-se no próximo domingo, a o 43.º aniversário do 25 novembro, o movimento que conteve a ala de radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. O “25 de novembro”, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. -----

O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário. -----

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e três anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português. -----

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.-----

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia. Assim, CDS-PP propõe à Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 23 de novembro de 2018, que: -----

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tomaram em defesa da liberdade.-----

----Interveio António Ferreira, CDU, para afirmar a necessidade de se recordar a história, dizendo que o CDS não aprovou a Constituição, sublinhando que o 25 de novembro foi um golpe militar, no quadro de um processo de arrumação de forças políticas e militares, no quadro europeu, tendo constituído uma ofensiva contra o PCP e as forças de esquerda. Concluiu afirmando que, felizmente, militares moderados tomaram conta da situação,

viabilizando o PCP, pelo que a CDU não celebra um golpe militar, assinalando e comemorando apenas a Democracia. Interveio depois Carlos Matias, BE, o qual afirmou rever-se nas ideias do deputado da CDU, acrescentando que o 25 de abril consagrou um conjunto de conquistas plasmadas na Constituição de 1976, não votada pelo CDS; no seu entender, o CDS esteve sempre contra as conquistas de abril, onde se acobertaram os adeptos do antigo regime, tendo considerado que revolução de abril foi positiva no seu balanço, não se revendo o BE nesta lavagem da história, pelo que votarão contra a proposta. Por sua vez, António Mascarenhas, interveio pelo PSD, para considerar que a data deve ser lembrada como uma data que nos conduziu à democracia, à paz e à liberdade, não se considerando uma data negativa como o final de um processo, processo que continua hoje, dando sequência ao 25 de abril, pelo que a sua bancada votará a favor. A terminar, sublinhou ainda considerar demagogia ou ignorância associar esta questão à união europeia, matéria que, à época, estava completamente fora do debate político. Tomou, de seguida, a palavra Carlos Alfaia, pelo PS, afirmando que, sendo verdade que a história é escrita pelos vencedores, no entanto, considera que o documento apresentado não respeita a verdade histórica, tendo recordado alguns episódios de violência e atentados à liberdade ocorridos após o 25 de novembro, o despedimento de jornalistas por serem de esquerda, pelo que, não se revendo a sua bancada no que considera ser uma falsificação da história, a mesma votará contra a proposta do CDS.

VOTACÃO DA PROPOSTA DE VOTO DE SAUDAÇÃO -----

A Proposta de Saudação apresentada pelo CDS-PP foi **rejeitada**, com nove votos contra do Partido Socialista, três votos a contra do Bloco de Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Centro Democrático Social e a abstenção do deputado António Miguel, do PS. -----

---De seguida, tomou a palavra o deputado António Ferreira, pela CDU, para apresentar a seguinte moção sobre a estação do Entroncamento: -----

*A estação ferroviária do Entroncamento nos séculos passados:-----
Como sabemos, a Estação Ferroviária do Entroncamento, originalmente denominada de Ponte da Pedra, foi inaugurada em 1862, como apeadeiro de Ponte da Pedra, tendo-se tornado no ponto de bifurcação da linha do Leste com a Linha do Norte, aquando da abertura do troço até Soure, em 1864.-----*

Nas décadas de 1920 e 1930 recebeu as primeiras grandes obras de modernização, com a construção da central eléctrica, originalmente com equipamento gerador a vapor e, posteriormente, a gasóleo, para alimentar o complexo da estação e as oficinas. Foi nesta década que começou a construção de habitações para os funcionários da Companhia, junto à estação, incluindo o Bairro Camões, e várias infraestruturas com vista a dar resposta ao aumento de tráfego que se estava a sentir na altura. -----

Posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, com a electrificação da via-férrea e a adaptação das oficinas para substituir as locomotivas a vapor por material eléctrico e a gasóleo, recebeu várias obras de modernização.-----

*As atuais necessidades de mobilidade e a estação ferroviária do Entroncamento:-----
Actualmente, as necessidades de mobilidade das populações e o transporte de mercadorias, tornaram esta estação, não só ao nível do layout das linhas, mas também das instalações técnicas e comerciais, uma estação obsoleta e a necessitar de ser repensada de forma a responder a um transporte ferroviário mais moderno e competitivo, em conformidade com padrões de segurança harmonizados e respeitadores dos direitos dos clientes e do ambiente. Efectivamente, o que é que a Triagem ainda existente, tem a ver com as necessidades actuais do transporte de mercadorias? O que é que, por exemplo, as linhas de acesso às antigas Oficinas de Vapor (actualmente as instalações do MNF), ao Complexo Oficinal e ao Centro*

*de Formação têm a ver com as necessidades actuais? O que é que os Edifícios Técnicos do século passado têm a ver com o actual modelo de Exploração Ferroviária?-----
É mais do que tempo de pensarmos numa nova estação adaptada às necessidades actuais: ---
Não é mais do que tempo de pensarmos numa nova estação, técnica e comercial, adaptada às necessidades actuais, quer do ponto de vista dos utilizadores, quer do ponto de vista da necessária resposta a uma clara política de transportes que dê prioridade ao investimento num modo de transporte que constitui, claramente, uma alternativa concorrencial na mobilidade das pessoas e nos fluxos urbanos, suburbanos, regionais e de longo curso, que oferece inúmeras vantagens, comparativamente ao modo rodoviário, colectivo e individual?
Não é mais do que tempo de pensarmos a sério na necessidade de levar a cabo o grande projecto de modernizar efectivamente a Linha do Norte, no qual se integra o troço do Entroncamento, com vista à redução do tempo de percurso entre Lisboa e Porto, ao aumento da frequência das composições em circulação, com conseqüente diminuição do tempo de espera por este meio de transporte e ao aumento das condições de segurança?-----
O que propõe a CDU: -----*

Neste contexto, propomos que a Assembleia Municipal exija aos poderes públicos competentes, o projecto e construção urgentes de uma nova estação, técnica e comercial, adaptada às necessidades actuais e o grande projecto de modernizar efectivamente a Linha do Norte, no qual se integra o troço do Entroncamento, com vista à redução do tempo de percurso entre Lisboa e Porto, ao aumento da frequência das composições em circulação, com conseqüente diminuição do tempo de espera por este meio de transporte e ao aumento das condições de segurança. -----

Mais propomos, que a presente Moção seja enviada ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, com conhecimento aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e às autarquias do Distrito. -----

---Interveio então Mário Balsa, pelo PS, reconhecendo a pertinência das preocupações e propostas apresentadas, as quais constituem um contributo válido para o processo, problemas de mobilidade e de segurança para os quais o executivo tem envidado esforços no sentido de serem ultrapassados, dando conhecimento dos mesmos à empresa Infraestruturas de Portugal (IP), pelo que a bancada do PS votará favoravelmente a moção apresentada; no entanto, reconhecendo que se trata de uma estação de grande movimento diário e não de um mero apeadeiro, chamou a atenção para os avultados investimentos e recursos exigidos, compreendendo que por isso as limitações decorrentes dos constrangimentos orçamentais impostos entrave, no imediato, uma necessária intervenção de grande dimensão. Terminou sublinhando que o esforço do executivo para atenuar os problemas referidos. Seguiu-se a intervenção de Carlos Matias, do BE, o qual afirmou estar genericamente de acordo com a moção, embora destacando que uma nova estação deverá aproveitar e valorizar o que existe, enquanto património histórico, a requalificar e modernizar, com novas valências para um serviço com qualidade e segurança mas sem destruir o que está. Recordou algumas pequenas estações como o Setil, onde passa pouco mais de uma dezena de pessoas por dia mas com uma passagem superior melhor que a do Entroncamento. De seguida, retomou a palavra António Ferreira, CDU, para esclarecer que, embora se deva salvaguardar o valor património existente, qualquer intervenção implicará uma reestruturação muito profunda.-----

VOTAÇÃO DA MOCÃO: -----

---A Moção apresentada pela CDU foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

---Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de uma moção de homenagem aos que combateram pela Democracia, apresentada pelo BE; esclareceu, no

entanto, que a mesma fora recebida ao final da tarde, não cumprindo assim o estabelecido no ponto dois do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal que determina que as moções sejam apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão. Ainda assim, foi colocado à consideração do plenário a possibilidade de a mesma ser votada, tendo-se decidido por maioria (dezanove votos contra das bancadas do PS, PSD, CDS e Presidentes das Juntas de Freguesia e quatro votos a favor das bancadas do BE e CDU) que a mesma não seria votada nesta sessão, passando a sua apreciação e votação para a próxima sessão da Assembleia Municipal. A terminar, Mário Balsa (PS) apresentou uma **declaração de voto**, segundo a qual nada movia a sua bancada contra o conteúdo político da moção mas apenas de, por ma questão de coerência, se respeitarem os tempos de apresentação das moções previstos no Regimento; por outro lado, não se tratando de uma questão urgente, será até mais oportuno que o tema seja discutido numa próxima assembleia. Por sua vez, António Ferreira (CDU) afirmou que, na sua opinião, deveria haver maior flexibilidade na gestão dos tempos uma vez que a moção apresentada pelo BE seria uma reação ou resposta ao voto de saudação apresentado pelo CDS, e que seria, por isso, oportuna a sua imediata apreciação e votação. --

----Ainda no período de antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções:-----
Rosa Teixeira (CDS) questionou relativamente às condições de manutenção e segurança do viaduto Eugénio Dias Poitout, construído na década de sessenta.-----

----António Mascarenhas (PSD) leu a seguinte declaração, referindo-se às principais circunstâncias *de perda de valor da Cidade do Entroncamento*.

Um chefe de família que vinha trabalhar aqui para a zona perguntou a um residente qual o melhor local para procurar casa e este respondeu que era o Entroncamento exceto no que dizia respeito á segurança. A questão do desinvestimento ferroviário tem sido por demais tratado na comunicação social e objeto de reportagens inclusive com imagens da nossa cidade. São estas, duas das principais causas da desvalorização do Entroncamento: insegurança e falta de investimento ferroviário, ambas a necessitar de ação externa ao município. Há dias vi com satisfação o Sr deputado Carlos Matias interrogar e obter uma resposta positiva do Sr Ministro da Adm. Interna confirmando a nova esquadra da PSP para o Entroncamento. Não resolve tudo! mas a sua conceção pode trazer o que precisamos. A ponderação do programa para a esquadra deve ter por base os efetivos , funções e capacidades necessárias. Tendo em consideração que todos os Concelhos que nos rodeiam tem GNR e que o de Torres Novas tem também PSP há que ponderar para a nova esquadra se deve ser do tipo complexo ou seja com investigação, trânsito, proximidade e outras valências como já é a nossa ou se será mesmo uma super esquadra com território alargado. De qualquer forma o seu dimensionamento deve ter em conta estas questões nomeadamente a função proximidade cuja concretização passa por se dividir a área urbana em bairros ou áreas a cada qual são adstritos agentes gestores para estabelecerem essa relação com a população. Para isto o executivo camarário e o Conselho de segurança municipal devem ser partes na ponderação a fazer juntamente com o Comando Nacional da PSP e o Governo. O desinvestimento no setor ferroviário afeta pesadamente a cidade do Entroncamento. As notícias sobre a crise ferroviária, com imagens da SIC tendo por base o Entroncamento e neste as oficinas da EMEF cheias de material circulante por reparar por falta de pessoal e peças, são bem expressivas. Para a cidade, desta situação decorre em consequência: menos população operária e técnica, menos oferta de trabalho para a juventude, degradação de instalações e desaparecimento gradual duma classe que sempre fez parte do tecido social do Entroncamento. Também a formação, quer dos profissionais da CP quer das infraestruturas quer da manutenção tem vindo a ser distribuída por várias localidades do País , com uma redução de cursos e formações nomeadamente no excelente centro que a FERNAVE já utilizou no Entroncamento. A FERNAVE é uma sociedade anónima com capital maioritário da CP com cursos de especialização em gestão ferroviária, rodoviária, portuária,

transportes, e de acidentes para além dos cursos técnicos de formação de maquinistas, agentes de acompanhamento de comboios, motoristas, empilhadores, equipamentos de construção civil e portuários e segurança ferroviária. Que mais poderíamos querer para formação no Entroncamento ! Infelizmente as decisões tomadas vieram a retirar este valor da cidade ferroviária. Para além de tudo isto há que reconhecer que muita da gente que entra e sai do Entroncamento o faz pelo comboio e também aqui, refiro-me á estação, o desinvestimento é enorme: cais desnivelados com as entradas dos comboios, ligação entre linhas por passagens superiores onde não passam duas pessoas de guarda-chuva aberto e onde se apanha chuva e vento, com acessos difíceis para deficientes (um único elevador que só pode levar uma cadeira de rodas), escadas descobertas com três lances e apertadas e sem acessibilidades para serviços de evacuação de doentes ou ações dos órgãos de bombeiros. Os acessos á estação do Entroncamento continuam os mesmos de há 100 anos ou seja, do lado nascente tem acesso direto ás bilheteiras e um parque de estacionamento camarário; as Infraestruturas de Portugal demoliram há anos um alinhamento de casas de trabalhadores supostamente para um parque de estacionamento que nunca fez e que se mantém com um péssimo visual no centro da cidade e sem utilidade. No lado poente o acesso á estação é também o mesmo de há 100 anos só que por essa altura a Cidade praticamente não existia nesse lado. Aqui falta tudo: um acesso adequado, nomeadamente a bilheteiras, estacionamentos e as respetivas condições de acessibilidade às linhas. A CP , a EMEF , as Infraestruturas de Portugal e o Governo não podem eximirem-se ás responsabilidades que tem na desvalorização da cidade e tem de assumir a sua quota de responsabilidade. A bancada do PSD tal como já fez sua vereação assumem a disponibilidade para apoiar o executivo em tudo o que seja necessário para resolver quer a questão da esquadra , que desejamos seja uma super esquadra piloto da PSP, bem como inverter o desinvestimento ferroviário que vem prejudicando a valorização da nossa cidade. -----

----Seguiu-se a intervenção de António Ferreira, da CDU, para dizer que, relativamente aos problemas colocados pela bancada do PSD, discordava da insegurança, uma vez que nunca sentiu insegurança, mesmo quando circula à noite pelas ruas, exceto a que é representada pelos cães que se atiram às pessoas; já no respeito aos problemas da ferrovia no Entroncamento quis sublinhar que os graves problemas se colocaram com a gestão da CP por Manuel Queiró, do CDS, na anterior legislatura, o qual contribuiu para o corte drástico da manutenção da ferrovia, com filas de automotoras, locomotivas e carruagens a apodrecerem nas oficinas, período em que o serviço de maior prestígio prestado pelos alfa-pendulares sofreu o maior desinvestimento, com redução drástica do número de operários, o que terá a ver com a privatização de vários setores e liberalização do setor público, política que continuará, do seu ponto de vista a ser seguida pelo atual governo do PS. A concluir este ponto, interveio Mário Balsa, pelo PS, para saudar a análise do PSD, considerando que todos os problemas referenciados serão resultantes da governação do PSD que, em doze anos de executivo municipal, estiveram sempre de costas voltadas para as empresas ferroviárias e para a cidade; em contraponto, o atual executivo promoveu um diálogo construtivo e em parceria com todas as empresas responsáveis pela ferrovia (CP, EMEF, IP), o qual começa a resultar em benefício do Entroncamento: regeneração dos bairros ferroviários; novas competências para as oficinas da EMEF; recuperação do material ferroviário imobilizado que se encontra no Entroncamento com reforço de pessoal (prevista a criação de cem postos de trabalho na EMEF do Entroncamento); relativamente à esquadra da PSP, manifesta surpresa pelo facto de o PSD querer agora colaborar com o município, depois de ter conhecimento do estado avançado do processo e depois de, em doze anos, nada terem feito para viabilizar a construção desta infraestrutura de segurança. -----

----A terminar o PAOD, Rosa Teixeira (CDS), a propósito do rebentamento de uma conduta na rua 31 de janeiro, quis questionar o executivo sobre a existência de uma inspeção

preventiva sobre o estado das condutas de saneamento básico antigas para evitar danos e transtornos. Chamou ainda a atenção para a falta de um plano de reestruturação do trânsito da cidade e a falta de soluções alternativas ao traçado existente. Concluiu a sua intervenção, felicitando o município e a junta de freguesia, em nome dos comerciantes da rua da Maruja, pelas iluminações de Natal ali colocadas. -----

----Finalmente, Manuel Martins (PS), e a propósito das questões de segurança colocadas, uma vez mais, pela bancada do PSD, trouxe um folheto municipal do ano de 2006, ano em que nevou no Entroncamento, do qual consta também em editorial, um texto do então presidente da Câmara Municipal, Jaime Ramos, reconhecendo o agravamento dos problemas de vandalismo contra bens públicos e privados no país e na cidade, propondo-se combater tais atos, com a colaboração das forças de segurança; concluiu perguntando à bancada do PSD o que foi feito entre 2006 e 2013, período em que o município foi governado por aquele partido. Apesar do adiantado da hora, António Ferreira (CDU) quis ainda declarar que considera o Entroncamento uma cidade segura para residir e para investir. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----Não se verificou nenhum pedido de intervenção por parte dos elementos do público, pelo que se passou de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

----Tomou a palavra o deputado António Ferreira, da CDU, para solicitar um esclarecimento sobre a agregação dos sistemas de água e esgotos, se o município tenciona integrar uma empresa que está a ser constituída para a agregação das águas em baixa. Não havendo mais questões a colocar foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, Jorge Faria. Este começou por destacar o facto de se rever em algumas das intervenções do deputado António Ferreira, da CDU; já no que diz respeito à intervenção do deputado António Mascarenhas (PSD) quis contestar a ideia de que o Entroncamento esteja a ser uma cidade «desvalorizada», referindo mesmo que problemas semelhantes ocorrem em Tomar ou Santarém ou outros concelhos com índices de criminalidade superiores aos do Entroncamento e que não considera que, por isso, estejam a ser também desvalorizadas, apontando algumas contradições no discurso de deputado do PSD, reconhecendo que os problemas existem há vários anos e que a única diferença em relação ao PSD é que os mesmos estão atualmente a ser encarado de frente, nas suas origens e sem querer escondê-los; também não concorda com a desvalorização da cidade uma vez que cresce o número dos seus habitantes, regista uma cada vez maior dinâmica, apontando vários exemplos de espaços comerciais que abriram recentemente e outros que vão abrir no concelho, criando postos de trabalho e gerando mais impostos em benefício do concelho; de seguida, reconheceu existirem e persistirem velhos problemas de segurança, associados a grupos restritos, mas aos quais vem dando a maior atenção, em ligação com as escolas, com as forças de segurança no sentido de contrariar e combater os comportamentos de vandalismo; a este propósito, destacou o empenhamento em melhorar as condições de vida destas pessoas e promover a sua integração social através de vários programas ativos; sublinhou ainda a importância da nova esquadra segurança da PSP, a qual será uma realidade já no próximo ano, assumindo a Câmara o custo do projeto e prevendo o orçamento de Estado de 2019 um investimento de um milhão de euros para o efeito, sendo a obra suportada pelo Ministério da Administração (MAI) num terreno junto ao Centro de Saúde, terreno já validado pela PSP e pelo MAI, embora carecendo ainda da aprovação da revisão do PDM; será uma esquadra de primeiro nível, com um quadro substancialmente alargado relativamente ao atual, existindo a possibilidade de ser integrada uma equipa de intervenção rápida; no entanto, não serão descuradas as condições de funcionamento da atual,

cujo telhado está a ser intervencionado, de forma a assegurar uma maior eficácia da sua atuação. No que se refere à questão das águas, o Presidente Jorge Faria esclareceu que, de momento, a Câmara optou por não integrar o processo que está a ser desenvolvido no nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) com vista à constituição de uma empresa em baixa para a agregação as águas, criticando a pressão sobre os municípios para a agregação, pois quem não aderir não receberá fundos comunitários; no entanto, trata-se de um assunto não completamente encerrado. Quanto à questão colocada pela senhora deputada Rosa Teixeira (CDS), reconheceu não ser fácil a monitorização das redes de saneamento, embora afirmando ter o problema devidamente diagnosticado, com onze quilómetros de redes de fibrocimento, que se vão começar a substituir, dando o exemplo de dois projetos na rua Ferreira Mesquita e Praça das Tílias, a aguardar a aprovação dos fundos comunitários, implicando a substituição de cerca de um quilómetro de fibrocimento, na sequência da já concretizada substituição da rede em baixa e contadores do Bairro do Olival. Informou ainda terem já iniciado as obras da nova conduta de água entre o Casal do Grilo e o novo reservatório de água a ser construído junto à escola António Gedeão. Quanto ao viaduto Eugénio Dias Poitout, informou ter sabido há pouco tempo que o mesmo é património da autarquia e não das Infraestruturas de Portugal (IP), refere também que a transferência de um troço da estrada nacional nos limites do Entroncamento para a autarquia foi aprovada pela AM e homologada em 2000, mas nunca foi materializada, embora tivesse mesmo sido aprovado o financiamento para o efeito, responsabilizando por tal incumprimento o executivo da altura (PSD); no entanto, acrescentou que uma avaliação técnica feita pela IP assegura que o viaduto apresenta as necessárias condições de segurança; de qualquer forma, informou que, nos quadros das atuais negociações com a IP, pretende que o viaduto passe para aquela empresa, pelo menos no que respeita à responsabilidade pela sua estrutura de uma obra fundamental para as ligações ferroviárias do país. Informa ainda estar a ser negociado o dossiê de uma nova ligação à estrada da Atalaia, com a supressão da passagem de nível da linha da Beira Baixa, obra a financiar pela IP, cabendo apenas aos municípios envolvidos o pagamento do projeto. Informou ainda estarem a ser negociado com a IP o projeto de criação de uma nova zona industrial, bem como a alteração dos acessos à estação ferroviária, a instalação de dez associações da cidade nas casas de rua Latino Coelho, bem como do Bairro Camões, projeto a ser apreciado nos pontos seguintes (dois e três) da ordem de trabalhos desta sessão. A concluir a sua intervenção, o presidente Jorge Faria, quis ainda dar conta do dossiê sobre o Museu Nacional Ferroviário avançando que diversas forças políticas do distrito vão apresentar, em sede do OE 2019, propostas no sentido do museu integrar a lista das entidades excecionadas de forma a viabilizar o necessário funcionamento desta fundação, aguardando-se as votações em especialidade do orçamento do Estado. Sobre o estado da estação do Entroncamento, recordou tratar-se de uma preocupação de todos, referindo-se à importância do simulacro de acidentes realizado na estação ferroviária, de que será apresentado um relatório numa sessão futura da AM. Destacou ainda a grande quantidade e variedade de espetáculos que têm vindo a ocorrer na cidade. Finalmente, foi a AM informada da decisão final da Agência de Coesão e Desenvolvimento de ter que repor o valor de 784 mil euros de penalizações associadas ao projeto da Escola Dr. Ruy d'Andrade. Relativamente à Escola das Tílias, confirmou que a mesma será recuperada. Chamou ainda atenção para o facto de o valor de dívida de novembro ser o mais baixo dos últimos dez anos, prevendo que até ao final do ano deverá ficar abaixo dos nove milhões de euros. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE ESPAÇO DE USO PÚBLICO NO DENOMINADO “BAIRRO CAMÕES” -----

----Tomou a palavra o deputado Carlos Matias (BE) saudando, nos seguintes termos a reabilitação do bairro: -----

---Dada a unidade histórica e arquitetónica do Bairro e da Escola Camões, integro já nesta apreciação este ponto da OT e o seguinte, no qual nos dispensaremos de intervir. Recordemos, de resto, que quando, em 1926, os arquitetos Luís da Cunha e Cottinelli Telmo, sob encomenda da CP, projetaram o bairro Camões, integraram nele um edifício escolar para serviço dos filhos dos ferroviários (ensino diurno) e dos próprios ferroviários (ensino noturno) e que manteve a designação de Escola Camões. Esse era o nome de uma escola anteriormente existente desde o final dos anos 20, junto às linhas de caminho de ferro. Foi assim herdada a toponímia da escola que também deu nome ao bairro. -----

---Assim, o Bairro Camões, bairro social com jardins e mansardas, chafariz artístico e lampião exótico, dispunha também de uma escola privativa. A nova escola, designada Externato Camões, foi autorizada pelo alvará n.º298 do Ministério da Educação Nacional e iniciou o seu funcionamento em 1 de outubro de 1928.-----

O bairro foi construído segundo um plano que seguia as mais modernas conceções urbanísticas da época e os valores arquitetónicos marcantes desse período da nossa história. Constitui, no seu conjunto e na singularidade de cada uma das residências, uma referência a preservar. O Externato Camões, escola primária privativa da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, funcionou de 1928 a 1959, abrindo as suas portas não apenas aos filhos dos empregados do caminho de ferro, mas a todas as crianças das redondezas. De 1959 a 1969 o edifício albergou a Escola de Aprendiz da CP no Entroncamento. Após a saída da Escola de Aprendiz, em 1969, a Escola Camões albergou, por breves anos, uma secção do liceu Sá da Bandeira, de Santarém. Com a unificação do ensino secundário e com a inauguração da nova escola secundária, ficou devoluto o edifício. Nos anos oitenta, foi lá sediado o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento que, entretanto, construiu de raiz e já se transferiu para instalações próprias.-----

A degradação do Bairro e da Escola Camões são um atentado a este testemunho icónico da nossa história mais recente. -----

---Ainda bem que se abre agora um caminho para a sua salvaguarda e preservação. Parecem-nos aceitáveis as condições em que a Câmara participará nesse trabalho e por isso votaremos as duas propostas que nos são apresentadas. -----

---Sem antecipar o destino a dar à Escola Camões --- já que é inquestionável que as residências do Bairro assim devem continuar --- cremos que deverá haver uma ampla discussão sobre esse destino, ouvindo a comunidade e auscultando opiniões. É que a valia deste conjunto não se fica pelo património edificado, a ele estão associadas memórias e afetos, a ter em conta na hora de decisões futuras.-----

---Seguiu-se a intervenção de António Ferreira (CDU), referindo que o seu partido irá votar a favor, uma vez que esta sempre constituiu uma grande preocupação da sua bancada; do seu ponto de vista, o estado de degradação a que chegou aquele espaço é do município, dos seus anteriores executivos; quis ainda destacar a necessidade de um debate público e da intervenção da Assembleia Municipal sobre o destino a dar à Escola Camões, tendo deixado desde logo a sugestão da criação de uma biblioteca. Termina, esclarecendo votar favoravelmente, concordando com a criação de uma cooperativa, preocupando-se com a necessidade de dar vida àquela zona bem como sobre as fontes de financiamento do projeto, sobretudo para a Escola; procede à entrega da seguinte declaração: A CDU tem lutado por soluções que valorizem o precioso património histórico da revolução industrial ferroviário no Entroncamento. Vota a favor da proposta sendo que se exige que do Presidente da Câmara Municipal, um debate público alargado, não só no executivo, com vista à utilização social do chamado “Bairro Camões”. Resta-nos expressar uma preocupação quanto aos prazos de implementação e aos montantes dos investimentos. Fala-se de uma cooperativa de habitação, mas desconhecemos os estatutos dessa cooperativa e os passos que foram dados quanto à sua constituição. Entendemos que essa pode ser uma solução válida. -----

Interveio então a deputada Rosa Teixeira (CDS-PP) para informar que se trata de uma solução já preconizada pelo programa eleitoral do seu partido, pelo que votará também favoravelmente. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**Autorização para celebração de um contrato de subconcessão de espaço de uso público no denominado “Bairro Camões”**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. --

PONTO NÚMERO TRÊS-----

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE ESPAÇO DE USO PRIVATIVO DE UM EDIFÍCIO DENOMINADO “ESCOLA CAMÕES” E TERRENO ENVOLVENTE. -----

Começa por intervir o deputado Mário Balsa (PS) para saudar o executivo pelo trabalho desenvolvido neste âmbito, conseguindo, com esforço, resolver um problema que preocupa toda a cidade há muitos anos, o da degradação daquele património abandonado pela CP; esclareceu ainda que, se em relação ao bairro há um destino muito concreto, o mesmo não acontece ainda com a Escola Camões, embora se trate de um processo de reabilitação a exigir uma decisão célere. Tomou, de seguida, a palavra a deputada Rosa Teixeira (CDS-PP) com referência à Escola Camões como um património histórico numa cidade com uma história curta, o qual deverá ser valorizado e preservado, mantendo a traça original. Tomou depois a palavra a deputada Maria João (PSD) para demonstrar o apoio neste ponto e informar que a sua bancada votará favoravelmente, embora propondo que, neste processo, sejam ouvidos todos os elementos quer do município quer das freguesias. António Ferreira (CDU) volta a intervir com a indicação de que o edifício podia ser uma biblioteca, baseando-se num trabalho feito por uma estudante do Entroncamento; procede à entrega, por escrito, da seguinte declaração: *A CDU tem lutado por soluções que valorizem o precioso património histórico da revolução industrial ferroviário no Entroncamento. Vota a favor da proposta sendo que se exige que do Presidente da Câmara Municipal, um debate público alargado, não só no executivo, com vista à utilização social da chamada “Escola Camões”. Resta-nos expressar uma preocupação quanto aos prazos de implementação e aos montantes dos investimentos e falta de dados quanto às fontes de financiamento.* -----

É dada a palavra Ezequiel Estrada, presidente da Junta de Freguesia de NS de Fátima, que saúda a intervenção no Bairro Camões, que considera importante para o concelho e para o país, desejando que, a curto prazo, aquele espaço venha a ter vida, acrescentando que gostaria de ver regressar os mochos, o chafariz e o lampião ao local onde antes se encontravam. Também Rui Maurício, presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista, para se congratular com o projeto. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

----O ponto número três “**Autorização para a celebração de contrato de subconcessão de espaço de uso privativo de um edifício denominado “Escola Camões” e terreno envolvente, a celebrar entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária S.A. e o Município do Entroncamento e fixação das respetivas condições gerais**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----Embora votando favoravelmente, a bancada do PSD entendeu apresentar a seguinte **declaração de voto:** -----

---Os eleitos pelo PSD votam favoravelmente a proposta não deixando de lembrar à CP e Infraestruturas de Portugal que a responsabilidade pelo estado a que chegou a Escola Camões também é sua; relembram ainda que deve o Presidente da Câmara Municipal, abrir o debate no órgão executivo com vista á implementação de uma efetiva solução de utilização e respetivo calendário de implementação, conforme foi exigido pelos vereadores do PSD e aprovado em sessão da Câmara. -----

PONTO NÚMERO QUATRO: -----
PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DA RESITEJO E CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL-----

---O Presidente da Assembleia começou por explicar que este ponto número quatro se subdivide m cinco subpontos, os quais terão que ser apreciados e votados em separado. Tomou, de imediato, a palavra o senhor António Ferreira (CDU) para comunicar que o seu partido votará contra todos os cinco subpontos, quer por insuficiência de documentação relativa ao tipo de exigência por parte do Tribunal de Contas, quer porque não aceita o modelo de empresa intermunicipal, a possibilidade da entrada de privados no processo, preferindo um associação de município. -----

Seguiu-se a intervenção de Carlos Matias (BE), o qual fazer a seguinte declaração: *Em 26 de setembro último, quando aqui tomámos decisões sobre o prosseguimento deste processo, afirmámos que, nessa altura, o nosso voto favorável iria unicamente nesse sentido: o de assegurar a continuidade do processo. Sublinhámos bem que tal não significaria, portanto, um aval político aos estatutos da futura empresa. Ora o pacto social da nova empresa é agora dado como caso arrumado e a nova empresa assentará definitivamente nesse pacto social Ora, estando nós de acordo com a dissolução da Resitejo e com a transferência do seu património para uma nova empresa intermunicipal, não estamos de acordo com a fórmula societária adotada. O pacto social adota soluções de que discordamos inteiramente em três questões essenciais: abrem a possibilidade de entrada de capitais privados, afastam os municípios do controle efetivo dos destinos desta futura empresa e atribui excessivos poderes ao Conselho de Administração. Há, por outro lado, um Parecer emitido pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, datado de 14 de março de 2018, que é muito claro nas recomendações que faz e que ditariam a alteração dos Estatutos, do Contrato de Gestão Delegada e do Estudo de Viabilidade e a criação de uma associação de municípios que se assuma como interlocutor único com a nova entidade gestora, ou seja a empresa intermunicipal a criar. Não compreendemos, até, porque é que o Pacto Social tendo suscitado nalguns municípios várias críticas e propostas de alteração, não chegaram a ser alterados ao longo deste processo. Em conformidade com esta leitura do processo, e para que resulte transparente a posição política do Bloco de Esquerda, solicitamos que, à semelhança do ocorrido na Câmara Municipal, os cinco subpontos deste ponto quatro da OT sejam votados um a um. -----*

---Toma depois a palavra Rosa Teixeira (CDS-PP) para afirmar que, por se tratar de uma necessidade de enquadramento legal da Resitejo, concorda com a liquidação da atual empresa e com a criação da nova empresa intermunicipal. Segue-se a intervenção de Ricardo Antunes (PS), afirmando estranhar uma mudança de posição do BE, recordando a reunião de Câmara de cinco de fevereiro, onde o BE votou a aprovação da presente proposta, bem como a anterior sessão desta Assembleia em que o tema foi já abordado, tendo o BE defendido também a constituição de uma empresa intermunicipal; sublinha que, do seu ponto de vista, é fundamental ultrapassar a atual situação de impasse, defendendo a nova empresa que presta um importante serviço ao município, concluindo ser interesse do PS viabilizar a nova natureza jurídica da Resitejo que lhe permita continuar a prestar um serviço com qualidade. -----

---**VOTAÇÃO DO SUBPONTO QUATRO PONTO UM -----**

O ponto quatro ponto um «**Plano de dissolução e liquidação da Resitejo**» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

---- Segue-se a apreciação do ponto quatro ponto dois, «Minuta do contrato de sociedade da empresa intermunicipal a constituir», tendo tomado a palavra o António Ferreira (CDU) para afirmar que considera este o ponto mais importante porque viabiliza a empresa, sublinhando que votará contra os cinco pontos, uma vez que ambos fazem parte do mesmo processo. ---

VOTAÇÃO DO SUBPONTO QUATRO PONTO DOIS -----

O ponto quatro ponto dois «**Minuta do contrato de sociedade da empresa intermunicipal a constituir**» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, três votos contra do Bloco de Esquerda e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

---- Passa-se, de imediato ao subponto quatro ponto três «Minuta do contrato de transmissão gratuita da universalidade dos direitos, obrigações e património que atualmente fazem parte da empresa Resitejo para a nova Empresa Intermunicipal» e, não tendo havido qualquer intervenção ou comentário, procedeu-se à respetiva votação. -----

----VOTAÇÃO DO SUBPONTO QUATRO PONTO TRÊS -----

---- O ponto quatro ponto três «**Minuta do contrato de transmissão gratuita da universalidade dos direitos, obrigações e património que atualmente fazem parte da empresa Resitejo para a nova Empresa Intermunicipal**» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se ao subponto seguinte, «Mandar os representantes do município para nomearem os corpos sociais da nova Empresa Intermunicipal a criar bem como deliberar o aumento de capital social da empresa intermunicipal» e não se registando qualquer pedido de intervenção, procedeu-se, de imediato, à respetiva votação.-----

----VOTAÇÃO DO SUBPONTO QUATRO PONTO QUATRO -----

----- O ponto quatro ponto quatro «**Mandar os representantes do município para nomearem os corpos sociais da nova Empresa Intermunicipal a criar bem como deliberar o aumento de capital social da empresa intermunicipal**» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, três votos contra do Bloco de Esquerda e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

----VOTAÇÃO DO SUBPONTO QUATRO PONTO CINCO -----

----Finalmente, não tendo havido qualquer pedido de intervenção, procedeu-se à votação do subponto quatro ponto cinco «**Mandar os representantes do município para votarem a dissolução da Resitejo e a transmissão gratuita da universalidade dos direitos, obrigações e património que atualmente fazem parte da empresa Resitejo para a nova Empresa Intermunicipal, na assembleia geral da Resitejo**», o qual foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

Por António Ferreira (CDU), foi apresentada a seguinte declaração de voto: Ponto 4 – Criação EIM Resitejo Assunto: Declaração de voto contra - ponto 04 - Processo de Liquidação da Resitejo e Constituição de Empresa Intermunicipal DECLARAÇÃO Da informação da RESITEJO constatamos a falta do “último ofício remetido pelo tribunal de contas”, assim como as respostas aos pedidos de esclarecimento que a RESITEJO solicitou ao Tribunal de Contas. A CDU vem expor o seguinte: Em conformidade com aquilo que a CDU disse em 28 de Fevereiro de 2018 vem reafirmar o voto contra o processo de constituição da EIM RESITEJO discordando quer com a escolha do modelo quer com as diversas opções opções. Reproduzimos então o que então dissemos: -----

A) minuta do pacto social da empresa intermunicipal delegatária a constituir: o articulado apresentado suscita dúvidas, nomeadamente no que diz respeito ao seu objecto. Este artigo (Art.4) está moldado de tal forma que permitirá o corrompimento do seu objecto central específico: gestão, recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos. A CDU não aceita a entrega do sistema em baixa de resíduos domésticos comuns, que abre portas ao fim de políticas tarifárias e ambientais próprias das autarquias. Vê-se com grande preocupação a redação do Art.5, nomeadamente no que diz respeito à participação em agrupamentos complementares de empresas, consórcios e sistemas multimunicipais, porta aberta para a privatização futura. Também a redação conferida ao Art.6.4 não assegura de forma blindada a futura privatização da EIM. Está prevista a possibilidade de aumento de capital que é uma porta aberta para a entrada de empresas privadas. Reservar 51% capital para as autarquias não é sintomático de controlo efectivo por parte dos municípios. Refira-se também que a Assembleia Geral reúne apenas duas vezes por ano, havendo demasiadas possibilidades de delegação de competências no Concelho de Administração o que configura a continuação do actual estilo de administração, sem a intervenção dos municípios. Este ponto retira logo à partida a capacidade de exercício fiscalizador da Assembleia Geral ou seja, ordinariamente os municípios são excluídos de uma participação regular numa EIM, que muito influenciará a qualidade de vida dos seus territórios e das suas populações. Trata-se de uma regra que, para além do referido, reflete uma atitude ausente de cultura democrática, necessária à transparência de Gestão numa estrutura pública. Já o Art.18 h) retira toda a capacidade aos municípios de assegurar valores razoáveis sem prejuízo para as suas populações, visto ser único factor de análise um estudo económico encomendável. Verifica-se que o poder está concentrado no Conselho de Administração. Há necessidade de alterações que permitam um reforço da presença das câmaras no acompanhamento. Aliado a isto, o diminuto papel reservado à Assembleia Geral faz transparecer a fixação num modelo de gestão muito distante de uma empresa intermunicipal. -----

B) minuta do contrato de gestão a outorgar entre os municípios e a entidade delegatária: este contrato, tal como está especificado do lado dos municípios, trata-se dos mesmos delegarem poderes e competências que têm actualmente sobre o seu território e populações relativos à entrega da recolha em baixa dos resíduos sólidos domésticos, ficando reféns de uma gestão sobre a qual deixam de ter qualquer tipo de poder, sequer de influência. -----

C) estudo de viabilidade económico-financeiro e racionalidade económica: pretende-se justificar a sustentabilidade e autonomia financeira da nova Resitejo mas, em última análise, serão os municípios e as populações que irão sustentar o seu funcionamento através do contrato de delegação de exploração, onde os municípios delegam e cedem poderes e competências próprias, prestando a nova Resitejo serviços aos próprios municípios, obtendo daí o seu financiamento. Ou seja, os municípios perdem poderes e competências e ainda pagam por isso. O aumento de tarifas está presente e isso significará que ou os municípios pagam a diferença ou as populações terão de pagar mais - o caminho para a privatização irá ser pago por todos nós em nome de uma certa eficácia.-----

Posto isto, e reforçando a defesa do modelo de gestão uma EIM – Empresa Intermunicipal - que possibilita uma maior intervenção das autarquias na gestão e uma fiscalização dos órgãos autárquicos; a defesa do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos comuns em baixa na mão das autarquias, pois só assim é possível uma intervenção maior das autarquias na definição das políticas tarifárias, em cada uma das autarquias, e um maior controlo da qualidade dos serviços por parte dos legítimos representantes das populações, reafirma-se a existência de uma associação com capital exclusivo das autarquias, sem privados e sem outro tipo de entidades associadas, fundações, empresas multimunicipais. É necessário apurar a verdadeira situação financeira e técnica da RESITEJO e a tomada de medidas para a alteração dos estatutos actuais e do modelo de gestão, bem como a criação de condições de trabalho que permitam estabilidade, segurança e direitos aos trabalhadores desta associação. -----

A experiência diz-nos que a presença de privados não tem acrescentado nada de bom ao funcionamento desta associação Resitejo, antes têm sido criados problemas de clareza no processo de gestão. A falta de transparência e os interesses privados não coincidem com o interesse geral público. Sendo os 5 pontos parte do mesmo processo só poderemos votar todos os pontos contra. Neste sentido, o nosso voto é contra o ponto 04 (e seus 5 subpontos) da sessão de 23 de Novembro de 2018 da AM de Entroncamento. -----

PONTO NÚMERO CINCO: -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013; -----

---- Foi dada a palavra a Rosa Teixeira (CDS) a qual declarou que, na génese, o seu partido é contra as taxas; no entanto, compreendendo que se trata de uma fonte de receita para a autarquia e que o aumento efetuada acompanha a inflação, votará favoravelmente. Não havendo mais pedidos de intervenção, procedeu-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

----O ponto número cinco “**Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças não urbanísticas do município do Entroncamento, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO ENTRONCAMENTO -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, procedeu-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

----O ponto número seis “**Atualização da Tabela de Taxas do Regulamento municipal de urbanização e edificação do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2019, ATÉ 500.000,00 EUROS, AO ABRIGO DA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013 -

---- Intervém Rosa Teixeira (CDS) afirmando que compreende e aprova a medida, uma vez que a mesma contribuirá para um mais rápido pagamento aos fornecedores, ao contrário do que havia acontecido com anteriores executivos, reduzindo os custos para a autarquia e

contribuindo também para um aumento da economia local e regional. Não havendo mais pedidos de intervenção, procedeu-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

--O ponto número sete “**Empréstimo de curto prazo para o ano de 2019, até 500.000,00 euros, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----PONTO NÚMERO OITO -----

--TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A LIQUIDAR EM 2019, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013-----

---- Começa por intervir António Ferreira (CDU), pedindo para que a votação do ponto seja feita de forma repartida, uma vez que em posições diferentes relativamente a vários dos subpontos da proposta, indicando que, caso tal não seja possível, se absterá; dá como exemplo, contra a questão da medida que envolve as famílias com três ou mais dependentes, considerando a medida injusta uma vez que poderá beneficiar famílias não carenciadas e sem necessidade de incentivos no nível do IMI, ou seja, dele beneficiarão escassas dezenas de pessoas; do seu ponto de vista, esta questão deve ser resolvida em sede de IRS, bem como no abono de família, no apoio às crianças a nível dos manuais escolares, no acesso aos cuidados de saúde, por exemplo. Segue-se uma intervenção no mesmo sentido de Carlos Matias (BE), tendo declarado o seguinte: *Aceitamos a taxa proposta, bem como as isenções previstas para apoio à reconstrução. No entanto, não estamos de acordo com a bonificação proposta para famílias numerosas que, aliás, deve beneficiar muito poucas, no nosso concelho. Consideramos que os princípios de equidade e de justiça fiscal se cumprem essencialmente através do IRS. É aí, no IRS, imposto progressivo, que se deve fazer a ponderação do imposto a pagar, de acordo com o volume dos rendimentos, a dimensão do agregado familiar e atendendo ainda a outros parâmetros. A proposta de minoração do imposto a pagar para as famílias numerosas, totalmente à margem das capitações do IRS, pode inclusivamente tornar-se socialmente injusta. Decerto muitas famílias “não numerosas” terão maior dificuldade em suportar a taxa do IMI do que algumas famílias ditas “numerosas”, mas que auferem rendimentos elevados. Para que haja transparência na posição política do Bloco de Esquerda, solicito que esta proposta do IMI seja votada ponto a ponto.*-----

----Toma depois a palavra António Mascarenhas (PSD) para informar que, tendo em conta os mesmos fundamentos expressos pelas bancadas da CDU e BE, a sua bancada se irá abster quanto à atribuição da taxa de IMI por considerar que as bonificações devem ser dadas tendo em conta o *per capita* familiar e não pelo número de filhos Segue-se a intervenção de Carlos Alfaia (PS), estranhando a posição do PSD uma vez que, em data anterior, sobre o mesmo assunto, em eunião de Câmara votou a favor; comenta ainda que, a única ligeira alteração é a apenas a da junção de duas ARU’s (áreas de reabilitação urbana) e comunicando que a sua bancada votará favoravelmente a proposta. Finalmente, Rosa Teixeira (CDS) intervém dizendo fica um pouco desiludida pois que o seu partido esperava que fosse introduzido um novo escalão para famílias com um ou dois filhos, como forma de incentivo a uma maior natalidade no concelho; no entanto, votará favoravelmente. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a proposta de votação dos pontos em separado, sendo a mesma rejeitada com treze votos contra, sendo dez do PS, um do CDS e dois dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções da bancada do PSD. Assim, procedeu-se, de imediato, à votação da proposta.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

----O ponto quatro ponto oito «**Taxa de IMI respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da lei 75/2013**» foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia e com seis abstenções do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda e uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

----Seguiram-se as apresentações das seguintes **declarações de voto**: -----

----Da CDU: *A CDU propõe a separação do ponto em três pontos distintos para os poder votar em consciência: Ponto 1 - TAXA DE IMI RESPEITANTE A 2018 A LIQUIDAR EM 2019; Ponto 2 – Redução da Taxa de IMI atendendo ao n.º de dependentes; Ponto 3 - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMI – Incentivos à Reabilitação Urbana, Com as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas e aprovadas. A CDU abstém-se considerando que o Ponto 2 da proposta de IMI não vai ao encontro da justiça fiscal, antes gera mais injustiças, entre agregados com famílias numerosas que arrendam casa, agregados familiares com baixos rendimentos e por outro lado famílias que podem facilmente pagar o imposto com mais rendimento disponível. A justiça fiscal é feita no âmbito do IRS, abono de família, apoios às crianças (manuais escolares, propinas, acesso a cuidados de saúde,...) atendendo à situação económica e social do agregado familiar. Resultado desta medida é folclore, abrangidas são umas escassas dezenas de famílias... política pouco séria idealizada pelo CDS a pensar nas suas clientelas.* -----

----Do BE: *Abstivemo-nos porque a instrumentalização do processo das votações por parte da Mesa da assembleia Municipal e do Partido Socialista impede a clara expressão democrática das posições dos diversos partidos.* -----

----Do PSD: *Os eleitos do PSD abstém-se quanto á atribuição da taxa de IMI por considerarem que as bonificações devem ser dadas tendo em conta o per capita familiar e não pelo número de filhos especialmente no escalão de maior bonificação.*” -----

PONTO NÚMERO NOVE: -----

TAXA DE DERRAMA – COBRANÇA EM 2019 RELATIVA AO PERÍODO DE 2018, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013-----

----Sobre este ponto, começou por intervir António Ferreira (CDU), declarando que se insiste, há anos, numa medida de redução da derrama para empresas que criam postos de trabalho, mas sem resultados práticos; do seu ponto de vista, as empresas com lucros até 150 mil euros lucros deviam ter uma redução de 50% na derrama – esse sim seria uma medida que beneficiaria as PMEs. Intervem, de seguida, Carlos Matias (BE) informando que, em princípio, estão de acordo com o lançamento de uma derrama que incida sobre os lucros das empresas e aceitam que seja à taxa proposta; no entanto, reafirmam que deveria ser aplicada uma taxa mais baixa para as empresas com baixo volume de faturação; cocolui, afirmando que os descontos propostos não passam da habitual propaganda enganosa, pois nunca são aplicados. Segue-se Rosa Teixeira (CDS), a qual não considera a medida vantajosa pois poucas ou nenhuma empresas usufruem dela, dando exemplos de outros concelhos vizinhos com uma taxa mais baixa ou mesmo isenção para empresas cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse os 150 mil euros, sugerindo assim a redução da taxa em 0,25 por cento. Segue-se a intervenção de Maria João Grácio (PSD), afirmando com o lançamento da derrama, embora não concordando com a forma como está a ser proposta, nomeadamente no que ao diz respeito ao incentivo, por falta de resultados práticos até à data, pelo que votarão contra a mesma. Segue-se a intervenção de António Miguel (PS) que começa por recordar de que imposto se trata a derrama, imposto que sendo residual não deixa de ser um incentivo às empresas e um apoio ao investimento associado à criação de empregos, englobado num conjunto de incentivos às mesmas, nomeadamente a isenção de taxas urbanísticas; recorda ainda que, aproximadamente, setenta e cinco por cento das empresas

representam dez por cento da receita e que apenas duas empresas, de um universos de duzentas e setenta e uma, representam quarente e cinco por cento da receita; conclui, afirmando que, não fazendo demagogia «ou politiquice» sobre a matéria, a proposta terá o apoio da sua bancada. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

----O ponto quatro ponto nove «**Taxa de Derrama – cobrança em 2019 relativa ao período de 2018, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013**» foi aprovado por maioria, com vinte e três votos, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

Segue-se a seguinte **declaração de voto** do PSD: *Os eleitos do PSD votam contra a proposta de lançamento da derrama para 2019 porque á semelhança de anos anteriores o modelo não incentiva as empresas a criarem postos de trabalho pelo que julgamos que será mais eficaz isentar do pagamento dessa taxa ás empresas com resultados positivos, até um valor julgado razoável e realista para o orçamento e motivador para a empresa.* -----

PONTO NÚMERO DEZ-----

PARTICIPAÇÃO NO IRS, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013 -----

----Na abordagem deste ponto, foi dada a palavra a Carlos Matias (BE), o qual leu a seguinte declaração:*Tal como o Bloco de Esquerda tem afirmado --- e ainda há pouco o fizemos a propósito do IMI ---, o IRS ainda é o imposto mais justo, pois incide de forma direta nos rendimentos dos singulares, atende à dimensão dos agregados familiares e é progressivo. Defendemos que a redução da carga fiscal deve incidir predominantemente em impostos indiretos e noutras rubricas do orçamento e não sobre este imposto Assim, somos favoráveis à recolha integral do IRS a que o município tem direito.*-----

----Não havendo mais pedidos de intervenção, procedeu-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

----O ponto número dez “**Participação no IRS, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO ONZE-----

ORÇAMENTO PARA 2019 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO 2019/2022, MAPA DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2019.-----

----Começa por tomar a palavra Rosa Teixeira (CDS) recordando algumas das propostas do seu partido nas reuniões entre o executivo e os restantes partidos, acrescentando que, embora algumas tenham sido acolhidas (requalificação das margens do Bonito, aproveitamento hídrico das águas tratadas à saída da ETAR, linha de apoio à limpeza urbana, esquadra da PSP e videovigilância, por exemplo), nem todas o foram, compreendendo esta situação como decorrente da necessidade de reduzir a dívida (recordando o pesado encargo de cerca de 800 mil euros com a construção da Escola Dr. Ruy d’Andrade, da responsabilidade do executivo anterior, do PSD, o qual dizia tratar-se de uma obra a «custo zero»), pelo que votará favoravelmente o orçamento apresentado, reconhecendo o esforço do executivo para incluir propostas apresentadas por outros partidos, sublinhando, no entanto, que o executivo deverá investir, nomeadamente, na manutenção e limpeza urbana, que seja repensada a atividade «Entroncamento em Flor», e numa programação cultural digna para o cineteatro, complementar à oferta existente no médio Tejo. Segue-se a seguinte intervenção de Carlos Matias (BE): -----

---A avaliação que fazemos de cada plano de atividades e cada Orçamento tem por referência natural o programa com que o bloco de esquerda se apresentou a eleições. De uma forma mais próxima, também comparamos esses documentos previsionais com os contributos que, mais recentemente, remetemos à maioria partidária nos órgãos autárquicos municipais, uma espécie de programa mínimo do Bloco de Esquerda, para o próximo ano. Neste processo, assinalámos um conjunto de investimentos que consideramos ser necessário lançar, ou por serem mais estruturantes, ou por serem mais urgentes. Agora que estão em marcha e em fase de conclusão a recuperação do Cineteatro S. João e o Mercado Municipal, é preciso partir para outros projetos, com ambição. A propósito de Orçamento, tomamos boa nota de que talvez seja em 2019 que o partido Socialista venha a cumprir a sua promessa eleitoral de 2013 de adotar um Orçamento participativo. Seis anos para cumprir uma promessa eleitoral que nem implica substanciais investimentos não parece revelar grande entusiasmo do Partido Socialista pela participação dos cidadãos e das cidadãs na gestão da “coisa Pública”. Vamos aguardar, então. A nosso ver, a reabilitação do S. João exigirá a contratação de um técnico qualificado que assegure a gestão dos diversos espaços e a programação cultural, de forma profissional. -----

Depois, entre o que falta fazer, destacamos a construção de uma nova Biblioteca, o fecho da circular externa, com a construção de um novo viaduto sobre a linha do Leste; a requalificação do Bairro e da Escola Camões; a reparação das estradas municipais Entroncamento-Riachos; a recuperação do projeto de hortas municipais, que havia sido abandonado por esta maioria. Pensamos ainda ser tempo de recuperar os subsídios às coletividades para os níveis existentes antes do aperto do governo PSD/CDS e da troika. Parte destes projetos são contempados no orçamento que nos são apresentados. A requalificação da Escola e do Bairro Camões é um processo que, finalmente está a arrancar. Não ignoramos os muitos escolhos que ainda enfrentará; mas valorizamos os passos agora dados. Registamos ainda as perspetivas algo animadoras para o fecho da circular externa. Assim como assinalamos que, finalmente, parece ir ser reparada a estrada de ligação aos Riachos, a sul do concelho. A recuperação de 5% nos subsídios às coletividades é um avanço demasiado tímido (à PS...), para as enormes dificuldades com que vivem as associações e para o trabalho tão meritório que desenvolvem. -----

Fica a faltar, mais uma vez, o ataque a um problema crónico, no Entroncamento: o da falta de habitação social. E agora, já sem qualquer tipo de justificação. Tendo em conta as fortes limitações ao endividamento municipal, ao longo dos últimos anos temos vindo a propor, a criação de um subsídio social ao arrendamento, a incluir nas despesas correntes. Ora, dado o Orçamento de Estado para 2019 considerar que os investimentos em habitação social não contarão para os limites do endividamento municipal, seria a hora de retomar o investimento, com o lançamento de nova construção ou aquisição de habitação social. Infelizmente, não parece ser esse o entendimento do partido Socialista. Recuperando as palavras do vereador Henrique Leal na Câmara Municipal falta resolver problemas de funcionamento do ar condicionado nas escolas do concelho, a falta de espaços arborizados na cidade, faltam medidas de apoio à saúde oral para a terceira idade e estratégias de apoio ao comércio local, quer através da melhoria das infraestruturas públicas disponíveis, quer através de incentivos fiscais”.No capítulo das receitas, já manifestámos as nossas reservas ao desenho das taxas da derrama e do IMI ---- que, na verdade não incentivam nada. -----

Em resumo, um Orçamento sem grande rasgo, a merecer a nota mínima para passar. ----- Seguidamente, toma a palavra Maria João Grácio (PSD) sublinhando algumas questões para as quais gostaria de obter uma resposta, designadamente: porquê da paralização da estrada da Barroca, que medidas se preveem para resolver os problemas de climatização e abrigo de algumas escolas, porquê do estado de degradação do Parque Verde do Bonito, qual o ponto da situação relativamente ao ensino superior e quais as medidas concretas para atrair os

alunos à cidade, quais as medidas e as verbas para a dinamização do comércio local, que medidas para melhorar o estado das ruas da cidade, condenando ainda o valor de quinze mil euros investido na Festa da Flor, por não acrescentar valor à cidade e, finalmente, sobre as festas da cidade, com um investimento superior a 100 mil euros, questionou se não seria possível «fazer melhor com menos». Seguiu-se a intervenção de António Ferreira (CDU), o qual leu a seguinte declaração: -----

---Um conjunto de propostas e preocupações do Programa da CDU estão em parte contempladas neste orçamento e regozijamo-nos por isso, verdade que muitas outras ficaram de fora, sobretudo nas dotações orçamentais dos serviços básicos, manutenção de espaços verdes e jardins, iluminação, sinalética, limpezas, arruamentos e passeios. Áreas que melhoram enormemente a qualidade de vida dos nossos munícipes. Mas por aqui, até poderíamos dar o nosso voto favorável, porque reconhecemos algum esforço neste início de mandato, nestas áreas.-----

Mas votaremos contra por motivo das escolhas das Orientações Políticas e ideológicas. Votamos contra porque está no orçamento a intenção de aplicar a Taxa de Protecção cívil, mais um imposto para os nossos munícipes; Votamos contra porque a câmara persiste em não pagar as horas devidas aos trabalhadores da diferença entre as 35 e 40 horas no tempo da Troika; Votamos contra porque os Apoios às Associações, o aumento dos 5%, não repõe os apoios retirados às associações equivalentes de um ano daquilo que foi retirado no âmbito do famigerado PAEL do PSD – ficou demonstrado que o PAEL não era necessário, nem obrigatório. Votamos contra porque não há o reforço necessário de trabalhadores em várias áreas, sobretudo nas áreas operacionais; Votamos contra a entrega dos serviços de recolha de resíduos em baixa à RESITEJO, com a porta aberta a outros serviços; Votamos contra porque o Executivo de maioria PS e esta Assembleia não se pronunciaram contra a transferência de competências, e portanto implicitamente as aceitam, recusando a proposta da CDU contra qualquer transferência de competência dentro do actual quadro legal. Desmonstrado está que não temos qualquer condição para aceitar competências; Votamos contra a passividade da resolução de um berbicacho deixado pelo PSD, a dívida acumulada da escola Ruy de Andrade. A câmara como nós sugerimos, em tempo útil deveria ter entre as competências à procedência; Votamos contra porque a câmara tem assumido competências que são do Estado Central: projecto para a Esquadra da PSP (e possível acompanhamento da obra), o projecto para a passagem superior da linha de Leste. Enfim, votamos contra porque não tendo dinheiro para resolver problemas básicos o executivo se mete em competências alheias, que devem ser resolvidas pelo Estado Central. -----

---De seguida, é dada a palavra a António Miguel (PS) que considera a proposta de orçamento um documento realista, dando continuidade a uma gestão rigorosa e equilibrada; sublinha que o executivo terá sempre como prioridade os superiores interesses dos cidadãos, destacando o o peso de cerca de 38% das dotações orçamentais se destinarem a funções sociais, aumento em 17,6% da dotação financeira para a cultura, medida que prevê a dinamização do cineteatro S. João após a sua abertura, o aumento de 5% no apoio às associações, a melhoria dos prazos médios de pagamento, o reforço nos apoios às famílias no âmbito dos apoios escolares quer no respeito à aquisição de manuais escolares quer no apoio aos alunos que frequentam o ensino articulado da música fora do concelho; quanto aos investimentos, recordou as obras a decorrer no cineteatro e no mercado diário, na reabilitação urbana das ARU's 1 e 3, a intervenção em algumas ruas da cidade, a reabilitação urbana na envolvente dos bairros sociais com o objetivo de desguetizar a zona, bem como na pavimentação da zona industrial; a terminar, recorda ainda que as limitações dcorrentes da dívida herdada da gestão do município pelo PSD, impõem uma gestão cuidadosa e transparente visando a consolidação da situação financeira do município, fazendo bom uso dos recursos disponíveis no âmbito do Programa «Portugal 2020»; recorda ainda a notificação recebida para o pagamento da veba de cerca de 800 mil

euros, verba a devolver ao FEDER, relativa à construção da Escola Rr. Ruy d'Andrade, da responsabilidade da anterior gestão do PSD; congratulou-se ainda pela consagração no orçamento de uma verba destinada à construção de uma nova biblioteca,; sendo assim um orçamento que promove a solidariedade e a qualidade de vida dos entroncamentenses, o mesmo merecerá o voto favorável da sua bancada. Conclui, recordando que o não pagamento aos funcionários não resulta da falta de vontade do município mas da falta de enquadramento leal para o fazer esclarecendo ainda que, uma vez legitimado para o fazer, o município pagará a todos os seus funcionários e não apenas aos sindicalizados. -----

-VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE -----

----O ponto quatro ponto onze «**Orçamento para 2019 e Grandes Opções do Plano para o período 2019/2022, Mapa de Pessoal e Opção Gestonária para 2019 ao abrigo da alínea da) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013**» foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Social Democrata e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

----Seguiu-se a apresentação das seguintes **declarações de voto:**-----

----Do PSD: *Este é um orçamento de “4 anos +1 do mesmo”. 4 anos + 1 do mesmo, que vive todos os dias à custa de um edificado da nossa cidade criado pelos Executivos anteriores. As nossas escolas, os nossos equipamentos desportivos, os nossos parques de lazer, as nossas infraestruturas essenciais, o nosso museu, foram um INVESTIMENTO e NÃO UM CUSTO, que hoje sustentam a permanência e preferência das famílias pela cidade, que lhe dão nome e notoriedade; mas é também um Executivo 4 +1 do mesmo que há 5 anos não mantém nem sabe manter este edificado. 4 + 1 ano de auto elogio em matéria de gestão, mas autista e até prepotente, com uma execução orçamental, muito alicerçada nas imposições da crise económica socialista e paradoxalmente, ora cortando em cuidados essenciais da cidade, ora gastando em pseudo convicções, bolos, festas, populismos e intervenções específicas para devolver apoios políticos. Uma gestão que coloca o nosso município afastado, de forma negativa, da média nacional em alguns dos principais indicadores e rácios da gestão das autarquias, como os custos com pessoal e o grau de execução do PPI. Hoje, o resultado do Executivo 4 + 1 ano do mesmo é: -----*

Um conjunto de equipamentos e estruturas escolares, desportivas e de lazer sem manutenção ou mal mantidas; Uma cidade deserta com os piores números de sempre para o comércio local no Natal, Carnaval, Páscoa e Verão passados e recentes. Uma cidade que perde mais investimentos críticos e verdadeiramente estruturantes, públicos e privados para os concelhos vizinhos do que os que ganha; Uma cidade que não acompanha de forma estruturante e sustentada o crescimento da atividade económica nacional e de outros concelhos equiparáveis. Um qualquer abrandamento da economia global, e não teremos elementos estruturantes e estratégicos para aguentar os seus efeitos. A maioria, diria a quase totalidade das nossas estradas e ruas, não tiveram qualquer reparação ou beneficiação em 4 + 1 ano. 4 + 1 ano depois, os repuxos não têm água, os jardins precisam de cuidados e as ruas precisam de limpeza. -----

Depois de tantos fracassos ainda se decide manter a aberrante Festa da Flor, disfarçada de “Entroncamento em Flor”, misturada com bacalhau e que seguramente, em 2019 passará a chamar-se apenas “Gabinete do Executivo em Flor, com lanche volante patrocinado por uma Junta de Freguesia e decoração pedida, a favor, por decreto e aviso, aos nossos lares de idosos e crianças do 1.º ciclo. Um programação cultural não diversa, mas dispersa; pobre, desenquadrada da cidade, da sua cultura e dos diferentes públicos, e que por isso, não movimenta as pessoas. Salve-se o Steam Punk, grande iniciativa do MNF. Um edificado de habitação social mal conservado e reabilitado, com problemas de fundo e com impacto muito

significativo na qualidade e saúde de vida de quem nele habita; que ainda por cima viu muitas rendas serem violentamente aumentadas – algumas para o dobro. Este é um orçamento pouco ambicioso, sem capacidade de catapultar a cidade para outros patamares de desenvolvimento. Os grandes investimentos no mercado e no cine teatro S. João são importantes, mas apresentam erros de gestão, decisões técnicas e de gestão desajustadas, derrapagens e não têm qualquer projeto objetivo e capaz de dinamização e gestão. Outras opções, como a escola das tílias e requalificações de zonas urbanas na freguesia de Nossa Senhora de Fátima são questionáveis na forma e nos impactos esperados, dado que são apregoados como estruturantes e transformacionais para os cerca de 20 mil habitantes... Do ponto de vista estrutural e estratégico, este Executivo continua sem saber que cidade podemos e queremos ser. Aceita e aproveita migalhas e pequenas oportunidades de investimento, enquanto vê os grandes investimentos passarem para concelhos vizinhos que os colocam no mapa nacional a um nível estratégico, operacional ou funcional de desenvolvimento e funcionamento. Ou anuncia montanhas que nunca chegam ou que acabam por se transformar em areia, de qualquer de forma. O apoio a outros investimentos como grandes superfícies, são importantes mas avulso, com dificuldade em criarem uma verdadeira dinâmica económica direta e indireta. Quem vier comprar parafusos à cidade que não consegue comprar noutros locais da cidade ou em concelhos vizinhos, não fica para almoçar, para comprar vestuário, ou simplesmente beber um café e comer um pastel de nata. As oportunidades de emprego geradas, não permitiram de modo nenhum evitar que a maior dos nossos trabalhadores, na sua maioria, fortemente qualificados continuasse a sair da cidade para trabalhar. Este Executivo parece não conhecer de todo as características da nossa população. O mais certo é estes investimentos recentes terem de recorrer a mão de obra de outros concelhos. -----

Por outro lado, este orçamento não acautela o impacto das grandes superfícies no comércio local, que sempre esteve com os habitantes da cidade, independentemente dos contextos económicos vividos e sem qualquer tipo de benefícios autárquicos. Ficam ainda de fora a resolução efetiva da grande insuficiência industrial e de prestação de serviços emergentes que a cidade tanto necessita para poder acompanhar outros concelhos de referência. Falta clamorosamente o investimento de fundo e acertado na atividade ferroviária e nas acessibilidades estratégicas. Não queremos ser apenas o suporte ou o ramal de outros, incluindo dos nossos vizinhos. Falta novidade e criatividade à dinamização do comércio local. -----

Aliena-se ainda mais a responsabilidade do desporto e do lazer para as associações, que não recebem o reforço devido face ao trabalho e contributo que dão à comunidade. Faz-se política social à socialismo sem critério e justiça que respeite as necessidades efetivas de quem mais e efetivamente precisa ou contribui, e reúne condições para o efeito. Trata-se igual o que é diferente. Trata-se diferente quando devia ser igual. -----

Tudo o referido, são constatações que anunciam mais do mesmo para uma cidade deserta, parada no tempo, que não consegue dar o salto e acompanhar a tendência de evolução económica e social de outros concelhos. E por tudo isso votaremos contra a proposta de orçamento deste Executivo 4 +1 do mesmo. -----

Do PS: Este orçamento segue o caminho percorrido em anos anteriores, o qual, consiste no rigor e contenção da despesa para que se consiga criar oportunidades de investimento. Apesar de ser um executivo com quatro vereadores e dois assessores, é um orçamento de grande rigor, que aposta no investimento (+ de 5 milhões de euros) e na afirmação do município enquanto pessoa de bem que assume os seus compromissos, pagando atempadamente aos seus fornecedores e que tem as suas contas em ordem. Este é um orçamento sério que continua assim um caminho de redução da dívida obscena herdada da gerência do PSD, não descurando investimento. Uma dívida de 15,7 milhões de euros que,

em 2019, graças ao esforço da gestão do PS, atingirá valores abaixo dos 9 milhões de euros. Além disso, este é um orçamento que nasce debaixo da sombra de um machete, o da eventual devolução de fundos comunitários da escola EB 2/3 Dr. Ruy d'Andrade, mais um resultado da incúria dessa mesma gestão que poderá custar a todos nós cerca de 800 mil euros e limitações no acesso a fundos comunitários. Ao ver a abordagem pouco séria do PSD ao orçamento entende-se o porquê do terror que era olhar para as contas do município entre 2001 e 2013 e tudo aquilo que nos trouxe. É que desafiados a trazer propostas para discussão em reuniões de auscultação, realizadas com todos os partidos representados nos órgãos autárquicos, o PSD limitou-se a dizer que as enviaria por e-mail. Pasmem-se, que grande parte das intervenções propostas são no parque escolar em obras desenvolvidas pelo PSD na presidência da CME relativamente recentes. Será que por altura da construção as 12 salas de aula da Escola Básica António Gedeão não precisavam de equipamentos de ar condicionado? Ou dever-se-á esta nova preocupação (que não existia à data do projeto e execução) ao fenómeno das alterações climáticas? Ademais, foi o único partido auscultado a apresentar quase meio milhão de euros em propostas de despesa sem dizer quais as áreas onde cortariam despesa para fazer face a esses investimentos ou indicar novas fontes de receita para os pagar. Este é um exercício tudo menos responsável, típico de quem envia propostas deste tipo em simultâneo para os órgãos de comunicação locais, a chamada política do show off, que serve zero aos cidadãos e que teve resultados evidentes...Deixo uma nota positiva também para a aprovação nesta reunião do Regulamento do Orçamento Participativo.-----

----Antes de terminar, o Presidente da Assembleia, recordou e apelou à participação de todos os presentes nas cerimónias alusivas ao Dia do Concelho, a decorrer no dia seguinte, 24 de novembro. Pediu ainda que todas as declarações lidas fossem enviadas com a maior brevidade para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. ----
----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de novembro de 2018.-
----A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: